

Extrema direita e educação no Brasil

Far right and education in Brazil

 **Márcia Pereira Cunha**¹

 **Nilton Ken Ota**²

Resumo

Desde os anos 1990, as razões estruturais dos problemas e fragilidades da educação pública no Brasil vinham sendo ofuscadas pelo discurso da necessidade de adequá-la às demandas da sociedade moderna e competitiva. As políticas públicas tornavam-se, assim, arena de conflito permanente. De um lado, o discurso modernizador, expressão da racionalidade política do neoliberalismo; do outro, a mobilização de grupos identificados com o horizonte do Estado social. A agenda reacionária do governo Jair Bolsonaro se soma a essa história e se inscreve nos seus diferentes cenários de conflito, dando lugar público e vocalizando iniciativas conservadoras até então isoladas. Este artigo examina quatro frentes de sua política para a educação básica e explora a hipótese de que as ideias e projetos de reforma das décadas anteriores estimularam e sustentaram suas proposições, pela disseminação de um ideário contrário à educação pública e como reação a um período de renovação dos saberes escolares por meio da incorporação de novas pautas culturais, ambientais e de identidade.

Palavras-chave: Extrema direita; neoliberalismo; Bolsonaro; educação.

¹ Pesquisadora associada do Laboratório Sophiapol (Université Paris-Nanterre) e do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Email: marcia.cunha@gmail.com

² Professor do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Email: nilton.ota@usp.br

Abstract

Since the 1990s, the structural reasons for the problems and weaknesses of public education in Brazil have been overshadowed by the discourse of the need to adapt it to the demands of modern and competitive society. Public policies thus became an arena of permanent conflict. On the one hand, the modernizing discourse, expression of the political rationality of neoliberalism; on the other, the mobilization of groups identified with the horizon of the welfare state. The reactionary agenda of the Jair Bolsonaro government adds to this history and is inscribed in its different conflict scenarios, giving public space and vocalizing conservative initiatives hitherto isolated. This article examines four fronts of his basic education policy and explores the hypothesis that the reform ideas and projects of previous decades stimulated and sustained his reactionary propositions, through the dissemination of an ideology contrary to public education and as a reaction to a period of renewal of school subjects through the incorporation of new cultural, environmental and identity guidelines.

Keywords: Far right; neoliberalism; Bolsonaro; education.

1. Introdução

O capítulo brasileiro na história recente da ascensão da extrema direita em vários países do mundo tem em Jair Bolsonaro (2019-2022) sua referência. Bolsonaro venceu as eleições presidenciais em 2018, derrotando o candidato de esquerda Fernando Haddad, ao obter 57,8 milhões de votos, 55,13% do total³. Sua campanha, como se sabe, foi marcada por forte e eficaz disseminação de notícias falsas, que retratavam o oponente e seu partido (o Partido dos Trabalhadores) como risco comunista: se Haddad fosse eleito, haveria confisco de bens, autoritarismo, atentados contra a família. Entre essas notícias – que alcançaram capilaridade até então inédita em uma campanha eleitoral, por circularem via aplicativos de

³ <https://n9.cl/v308d>. Acesso em janeiro de 2023.

mensagens – foram centrais aquelas que envolveram a educação e suas instituições, as escolares e as universitárias.

No caso das primeiras, essas mensagens combinavam imagens de crianças em escolas reais com narrativas inverídicas sobre práticas pedagógicas inexistentes e de forte conteúdo sexual. Acompanhavam-nas, não raro, declarações de pais indignados que pediam medidas que protegessem seus filhos de tais atividades. Conteúdos como esse se espalharam a ponto de o então candidato Bolsonaro, participando de ciclo de entrevistas com presidenciais promovido pelo maior canal aberto de televisão do país, empunhar um livro didático utilizado pela rede pública de ensino para educação sexual, como se fosse comprovação daquelas inverdades. Fala pública e notícias circulando privadamente se reforçavam em espiral de irrealidade e difamação da área educacional como um todo.

A pergunta cuja resposta ainda vem sendo construída diz respeito às condições que tornaram possível tal estado de coisas. Partindo, como propõe o dossiê, de leituras que examinam mudanças realizadas pelas estratégias neoliberais no campo das ações e políticas educacionais, este artigo explora a hipótese de que as ideias e projetos de reforma, nas décadas de 1990 e 2000, estimularam e sustentaram as proposições reacionárias que disputaram espaço na área, nos últimos anos: o estímulo se deu tanto pela disseminação do ideário contrário à educação pública (diante da decretação de sua falência, multiplicaram-se propostas de alternativas e soluções) quanto como reação à posterior renovação dos saberes escolares por meio da incorporação de novas pautas culturais, ambientais e de identidade.

Começamos, então, com breve recuperação do contexto de emergência dos grupos de extrema direita no Brasil e com o delineamento das tensões que dividem a área da política educacional no país desde a redemocratização, na década de 1980. Essas retomadas têm a intenção de localizar historicamente a eclosão da agenda conservadora na educação, quando da chegada de Bolsonaro à presidência. Propomos, então, que a emergente investida da extrema direita se acomoda aos repertórios neoliberais em circulação, ambos se opondo e confrontando os esforços de construção de uma educação pública e emancipadora também presente neste

contexto. Embora as universidades tenham sido alvo de perseguições e ataques (Cunha e Ota, 2020), optamos por tratar da educação básica⁴ por terem sido alvo, em alguma medida menos estridente, porém mais sistemático das políticas bolsonaristas, em função da criação de programas, extensões no campo legislativo e mobilização de raízes históricas.

2. Ascensão da extrema-direita e eleição de Bolsonaro

Na escalada conservadora da política brasileira, as manifestações de rua ocorridas em junho de 2013, são um marco, tendo se tornado o caldeirão dentro do qual se misturaram demandas legítimas e protestos de uma pequena, mas aguda, oposição conservadora. Se, de um lado, os anos 2000 foram cenário de importantes políticas sociais – a valorização do salário-mínimo e a política de transferência de renda, a promoção de acesso à universidade e ações em prol da igualdade racial e de gênero – de outro, demandas por avanços nesses mesmos campos se combinavam com críticas, internas ao próprio espectro político da esquerda, a investimentos pelos governos petistas, como a construção da usina de Belo Monte, de grande impacto humano e ambiental, e ações em torno do que se convencionou chamar de “megaeventos” (em referência à realização das Olimpíadas, no Rio de Janeiro, e da Copa do Mundo, em vários estados do país), em função do volume de recursos públicos, ações de despejo e destruição de patrimônios culturais⁵.

As chamadas Jornadas de Junho de 2013 têm sua origem em coletivos de jovens (Movimento Passe Livre) que discutiam, há muito, problemas relacionados à vida nas grandes cidades, em especial os de mobilidade. Assim, os primeiros protestos se deram em função do anúncio do aumento do preço das passagens de ônibus, trens e metrô

⁴ Compõem a educação básica, no Brasil: a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. A educação infantil atende crianças de 0 a 5 anos de idade; o ensino fundamental divide-se em anos iniciais (1º ao 5º ano, para estudantes de 6 a 10 anos) e anos finais (6º ao 9º ano, para estudantes de 11 a 14 anos); e o ensino médio (3 anos) atende adolescentes de 15 a 17 anos. A rede é composta por instituições públicas e privadas e, entre essas últimas, há as confessionais. A coordenação é nacional (Ministério da Educação), com execução de estados (ensinos médio e fundamental) e municípios (ensinos fundamental e educação infantil).

⁵ A Copa do Mundo aconteceu em 2014 e os Jogos Olímpicos, em 2016, mas as ações para sua realização, assim como as manifestações críticas a ambos, começaram bem antes.

e a palavra de ordem – “não é pelos vinte centavos”, valor do aumento, à época – deixava clara a conexão entre o encarecimento do transporte público e a discussão mais ampla sobre a necessidade de formas de vida mais justas e dignas nas grandes cidades. Esse viés crítico, no entanto, foi engolfado por grupos que nada tinham a ver com o histórico de luta e debate dos movimentos que dispararam os protestos e abriu caminho para um desenrolar de ataques que derivavam uns dos outros, transformando sua natureza: a insatisfação com as condições de vida desiguais se desdobrava em críticas a medidas do governo, a governos do PT, à esquerda como um todo, à degradação que ela representaria e realizaria.

É neste momento que grupos de direita incipientes ganham visibilidade ou são criados, assumindo postura antissistema e vocalizando insatisfações díspares. A acirrada eleição de Dilma Rousseff em 2014 foi acompanhada da formação de um congresso conservador e seguida por contestação do resultado pelo opositor Aécio Neves. A deterioração da política institucional tem na votação pelo *impeachment* da presidenta Dilma, em 2016, e na prisão do ex-presidente Lula, em 2018, seus pontos críticos. Entre um e outro, o mandato assumido pelo vice de Dilma, Michel Temer, foi de perseguição e censura a opositores. Se com um olhar ampliado vê-se a apropriação, pela direita, das disputas políticas em torno de demandas sociais, na educação, a agenda conservadora cresce de maneira gradativa em visibilidade, ampliando o escopo de um ideário, cultivado havia décadas, contrário à educação pública.

3. Construção da política pública nacional de Educação na redemocratização

Para compreender as bases da construção desse ideário e, assim, das disputas que atravessavam o campo educacional quando da chegada de Bolsonaro à presidência, é preciso retroceder aos primeiros anos do processo de redemocratização, após duas décadas de ditadura militar (1964-1985), e observar os antagonismos em jogo. Naqueles meados da década de 1980, os movimentos populares e a organização da sociedade civil em favor da implantação de uma democracia socialmente justa refrearam o discurso neoliberal ascendente em outros países (Dardot e Laval, 2016). Por outro lado, na negociada transição para a

democracia, grupos apoiadores do findo regime militar foram preservados e se mantiveram ativos, garantindo que pontos nodais afins aos princípios neoliberais marcassem presença nos debates de então. Representativo da cisão entre a construção de um Estado social e seu combate é o conhecido pronunciamento do então presidente José Sarney em rede nacional apelando aos constituintes reunidos em assembleia: uma nova Constituição com excesso de garantias sociais tornaria o país ingovernável, penalizando a população mais pobre (Brasil, s/d).

Na educação, a mencionada permanência de grupos conservadores foi especialmente proeminente (Fagnani, 2005)⁶ e o processo de escrita de seu capítulo na nova carta, promulgada em 1988, foi, desta maneira, marcado por disputas entre entidades representativas da área⁷, ligadas aos movimentos sociais, que defendiam a instituição de uma educação pública, e organizações do setor de ensino privado, como a Federação Nacional de Estabelecimentos de Ensino (Fenen). Entre esses últimos, houve ainda uma divisão entre os representantes das instituições laicas e os das instituições confessionais, em especial associadas à Igreja Católica. Acomodando interesses e concepções divergentes, o texto constitucional termina aprovado com ambiguidades e com vitórias e derrotas para cada um dos grupos (Fagnani, 2005, p. 261 ss.). Nos anos seguintes, a educação pública sofreu com o descumprimento das normas constitucionais e subfinanciamento, raízes de sua persistente precariedade e da manutenção do abismo entre o sistema de ensino privado e o público, sendo este último claramente prejudicado.

É neste cenário difícil, entretanto, que se dá a estruturação legal, financeira e participativa da política de educação. Os anos de governo de Fernando Henrique Cardoso (1992-1995, 1996-1999) foram chave porque, de um lado, neles foram

⁶ No período de redemocratização, o Ministério da Educação foi entregue ao PFL, partido formado por dissidentes do PDS (partido da situação na ditadura militar) que não concordaram com a indicação de Paulo Maluf para disputar a eleição presidencial indireta com Tancredo Neves, do PMDB (partido de oposição). Tancredo Neves venceu as eleições com base na aliança entre PFL e PMDB.

⁷ Entre outras, e que se manterão ativas nas discussões ao longo das décadas seguintes, até os dos anos Bolsonaro, são exemplos a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), Associação Nacional de Educação (Ande), Associação Nacional de Profissionais de Administração da Educação (Anpae), Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), Confederação dos Professores do Brasil (desde 1990, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, CNTE).

concluídos processos que estavam paralisados desde o pós-1988⁸ e, de outro, massivos recursos públicos foram investidos na disseminação de ideias sobre a falência do Estado e a necessidade de modernizá-lo para torná-lo eficiente. A identificação da condução das políticas educacionais com uma política neoliberal mais ampla, semelhante ao que se dava em outros contextos (Laval, 2003), reeditou as bases das disputas. É volumosa a bibliografia que apontou, desde então, a produção discursiva que se apropriava de um repertório progressista vindo dos anos de redemocratização (em defesa da descentralização e da participação) e o ressignificava em favor da consolidação de um diagnóstico privatizante, segundo o qual a educação pública era apresentada como inevitavelmente ineficiente (dada a ineficiência do Estado) e a insustentabilidade de exacerbadas demandas e políticas sociais. Iniciativas como “Amigos da Escola” ou “Escola da Família”⁹ são exemplos, na medida em que mobilizavam a ideia de participação comunitária como antídoto para o que era reiteradamente apresentado como as muitas incapacidades das escolas. Por trás de iniciativas como essas, o poder público se aliava a fundações e institutos ligados a empresas¹⁰ que se beneficiaram da proliferação deste discurso, ao se apresentarem como os atores da sociedade civil que detinham a necessária competência para resolver os problemas e transformar a educação. Não se trata mais, aqui, das associações de proprietários de escolas particulares, atuantes na Assembleia Nacional Constituinte. São fundações e institutos ligados a empresas que justificam sua existência afirmando sua responsabilidade na construção de uma

⁸ Entre as mais importantes, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), O Plano Nacional de Educação (1997-2007), o Conselho Nacional de Educação (em substituição ao Conselho Federal de Educação), o Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), antecessor do mais abrangente Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

⁹ O “Amigos da Escola” foi um projeto criado em 1999 pela Rede Globo de Televisão e o “Escola da Família”, criado em 2003, pelo governo estadual de São Paulo. Calcados no estímulo ao voluntariado, em alta naquele período, propunham que a precariedade das escolas (falta de infraestrutura, falta de recursos, falta de professores) poderiam ser resolvidos pela ação de pessoas dispostas a doar, conforme jargão da época, seu tempo, talento e dinheiro. A tônica filantrópica não deixou de ser criticada por grupos de profissionais e pesquisadores.

¹⁰ Tendo se multiplicado nos anos 1990, essas fundações dividiam espaço com organizações não governamentais (novas ou advindas da assessoria aos movimentos sociais da redemocratização). “Público não estatal”, “responsabilidade social das empresas”, “terceiro setor” delimitavam esse terreno fluido (Fernandes, 1994; Jaime, 2005).

sociedade justa, na chave da atualização filantrópica. Afinados com organizações multilaterais que incidem no setor desde o regime militar, fincam pés no terreno da política educacional para não mais sair (Magalhães, 2008; Tommasi *et. al.*, 1996).

Nos anos 2000, os embates se reconfiguram, envolvendo novos elementos, mas também reeditando os pontos de crítica às instituições de ensino. Com as vitórias do Partido dos Trabalhadores nas eleições presidenciais (de 2003 a 2016), era a primeira vez, desde a redemocratização, que partidos de direita não estavam à frente do Ministério da Educação (Freitas, 2018). Cronologicamente, os primeiros anos trouxeram a incorporação de pautas que se fortaleceram em arenas internacionais e também no ambiente interno, em especial, questões de gênero, raciais e de sexualidade¹¹. Nesta movimentação de novas ideias, aquelas organizações ligadas ao empresariado, que haviam incorporado o repertório participativo e em defesa dos direitos, fizeram o mesmo com o discurso do respeito à diferença. Ampliaram ainda sua atuação: estabeleceram diálogo com os níveis estaduais e municipais da gestão e desenvolveram novas formas organizacionais: transnacionalmente, como é o caso da Reduca, rede latinoamericana (Martins, 2019), ou globalmente, como é o caso da International Network on Financial Education, para implementação de educação financeira em escolas e universidades (Cunha, 2020). De outro lado, grupos conservadores começaram a se organizar em reação ao repertório mais plural que vinha sendo progressivamente incorporado à política educacional. Assim, se em 2003 vê-se aprovada a Lei 10.639, que torna obrigatória a inclusão do ensino da história e cultura africanas na educação básica, em 2004, surge o movimento Escola sem Partido¹². Se, em 2004, é lançado o programa Escola sem Homofobia, em 2010, é promulgado o Acordo Brasil-Santa Sé que, entre outras coisas, versava sobre o ensino religioso em escolas públicas de ensino fundamental (Carreira, 2022).

É nesse mesmo período, pós-2010, que propostas de reforma – com apelo modernizador – ganham novo fôlego, agora com foco nos currículos da educação básica e do ensino médio. Ambos processos – de definição de um currículo nacional

¹¹ As referências, aqui, tendem a ser as Conferências Mundiais da ONU e seus desdobramentos (Bairros, 2002; Corrêa, 2018; Rodrigues e Hernandez, 2020; Lima, 2009; Maranhão, 2018.)

¹² Segundo site que se apresenta como do movimento Escola Sem Partido: <http://escolasempartido.org/>. Acesso em 10/03/2023.

e de reformulação do ensino médio – apresentam histórias e disputas específicas que não cabe aqui retomar. Têm em comum, entretanto, o fato de oporem os mesmos atores sociais¹³: de um lado, fundações e institutos vinculados ao empresariado defendendo as reformas e, de outro, os vinculados a associações de profissionais e pesquisadores na área da educação, que criticavam as mudanças tanto por seus termos quanto pela forma como o primeiro grupo mobilizava seus recursos financeiros e de poder para defini-los¹⁴. Atropelando o processo de discussão pública, ambas reformas foram sancionadas pelo presidente Michel Temer, medidas criticadas pela celeridade e falta de transparência com que foram tomadas (Magalhães, 2023; Moraes *et. al.*, 2022): a reforma do ensino médio (originando o chamado Novo Ensino Médio) encaminhada por medida provisória (746/16) e transformada em lei (13.415/17) após seis meses da posse de Temer e a nova Base Nacional Comum Curricular¹⁵ (BNCC), aprovada no fim do mesmo 2017.

É a este campo tensionado, portanto, que a agenda conservadora se soma, trazendo argumentos distintos e, pior, inverídicos sobre as instituições escolares. As acusações de doutrinação esquerdista, de sexualização de crianças e adolescentes, de desordem e falta de rumo se acomodaram à prática de desqualificação das escolas públicas e seus profissionais. Para cada mal, uma solução: o Escola sem Partido, o combate à “ideologia de gênero”, a criação de Escolas Civil-militares. Censura, LGBTQUIA+fobia, racismo e intolerância eram componentes fundantes dessas iniciativas.

¹³ A essa altura, já haviam sido criados e ocupado lugares importantes, dois novos grupos de atores: a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, criada em 1999, como uma rede de organizações da sociedade civil e movimentos atuantes na educação e o Todos pela Educação, organização social originada no campo dos institutos empresariais, criada em 2006.

¹⁴ O trabalho de Tarlau e Moeller (2020) delineia, com um caso específico – o da Fundação Lemann na promoção da BNCC como questão central para a política educacional – os principais traços desse tipo de atuação, sendo o mais significativo, sua novidade em relação ao financiamento de projetos, típico das ações de responsabilidade social das empresas: o foco passa a ser a incidência direta sobre a política pública.

¹⁵ A BNCC aprovada foi a Educação Infantil e Ensino Fundamental. A BNCC para o Ensino Médio foi aprovada em dezembro de 2018, um ano depois, portanto, sendo inclusive essa uma das críticas, pela fratura de uma concepção que deveria, ao contrário, fundamentar toda a educação básica.

4. Frentes da estratégia bolsonarista

Quatro frentes de ação, com graus diversos de institucionalização, são representativas da gestão bolsonarista no campo da educação: investidas contra a discussão de questões de gênero e sexualidade ou, como designam os especialistas, políticas antigênero (Corrêa e Kalil, 2020); o Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares (PECIM); o Escola Sem Partido e o projeto de educação domiciliar ou *homeschooling*. Como veremos, embora tenham sido impulsionadas no período Bolsonaro, são anteriores a ele.

O PECIM, anunciado no primeiro mês do governo Bolsonaro como um dos sete pontos prioritários para a educação¹⁶, propunha a transformação de escolas públicas localizadas em áreas vulneráveis em escolas cívico-militares. O decreto de implementação (Decreto n. 10.004), de setembro de 2019, caracteriza a escola cívico-militar como “um modelo de gestão escolar”, em que militares atuariam na gestão educacional e administrativa da escola, ficando a gestão didático-pedagógica a cargo de professores civis. O governo anunciava transferência de vultosos recursos financeiros às unidades escolares que aderissem ao programa – o que em tese deveria ser feito voluntariamente, mediante consulta à comunidade escolar¹⁷.

As justificativas para o programa mesclavam ideias de disciplinamento e ordem com o tema da qualidade do ensino, estabelecendo entre eles uma relação de causa e efeito. Isto é, o controle das alunas e alunos (de seus corpos e

¹⁶ No discurso de posse, Ricardo Vélez Rodríguez afirma que Bolsonaro ouvira pais e mães “reprimidos pela retórica marxista que tomou conta do espaço educacional. À agressiva promoção da ideologia de gênero somou-se a tentativa de derrubar as nossas mais caras tradições pátrias, (...) passou a destruir um a um, os valores culturais em que se sedimentam as nossas instituições mais caras: a família, a igreja, a escola, o Estado e a pátria” (<https://www.youtube.com/watch?v=jTcqtKICNtg>). No mês seguinte, apresenta a senadores sete focos de atuação prioritária: Política nacional de alfabetização; Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Educação básica, com foco da renovação do Fundeb; Novo ensino médio, com foco no ensino profissionalizante; Escola cívico-militar; Educação especial, com foco na formação de intérpretes de Libras; Formação de professores (<https://acortar.link/JxWADr>).

¹⁷ Como se o investimento financeiro em um cenário de austeridade sem precedentes – agravada pela PEC do Teto de Gastos (que congelava por vinte anos as despesas do governo), aprovada em 2016, – já não fosse questionável, a apresentação do programa pelo presidente Jair Bolsonaro não deixava dúvidas sobre seu entendimento da adesão voluntária: “Vi que alguns bairros tiveram votação e não aceitaram. Me desculpa, não tem que aceitar, não. Tem que impor”, disse. ‘Não queremos que essa garotada cresça e vai ser (sic), no futuro, um dependente até morrer de programas sociais do governo’, completou”. (Governo lança programa para escolas cívico-militares, 05/09/2019. Disponível em <https://n9.cl/rqxzw>). Acesso em janeiro de 2023.

comportamentos) seria a solução para problemas de aprendizagem. Recorria-se, nessa linha, ao bom desempenho de alunos de escolas militares em exames avaliativos nacionais. Primeiramente, o argumento é enganoso por equivaler instituições diferentes: escolas militares e escolas militarizadas.

Como reconstitui Santos, a história das escolas militares no Brasil é longa e, embora possa remeter até ao período colonial, é no século XIX que se inaugura uma tradição mais próxima do que hoje se configura como educação básica (Santos, 2020, p. 94, ss.). As escolas militares contam com um sistema próprio (Sistema de Colégios Militares do Brasil) e financiamento diferenciado: entre outras singularidades, recebem recursos do Ministério da Defesa ou de órgãos da segurança pública e realizam processos seletivos para admissão de alunos. São, portanto, escolas que contam com estrutura e investimento que não estão disponíveis para as escolas da rede pública, além de não estarem engajadas no compromisso de acesso universal à educação.

Escolas militarizadas, diferentemente, são escolas públicas que passam a ser geridas em conjunto com polícias militares ou corpo de bombeiros, modelo mais próximo do PECIM (Santos e Alves, 2022; Goulart, 2022). As primeiras escolas militarizadas datam da década de 1990, isto é, surgem como alternativa (mais restrita geograficamente, uma vez que são iniciativas estaduais), paralelamente aos projetos que se apresentavam como de socorro às escolas públicas, na chave da participação e do voluntariado.

Se o PECIM jogava luz sobre o comportamento dos alunos, o Escola sem Partido colocava os professores na berlinda. No contexto de emergência de grupos de extrema direita, a assim chamada doutrinação esquerdista nas escolas e universidades foi um dos principais problemas postos pelos conservadores e cuja solução estaria em suas mãos. Proliferaram relatos pessoais de alunas, alunos e famílias que se diziam perseguidos nas escolas e salas de aula por dizerem-se de direita. A história que conta a emergência do movimento baseia-se em um relato como esses.

Em 2014, foi apresentado o primeiro Projeto de Lei sobre o tema. Embora arquivado em 2018, com a eleição de Bolsonaro seguiu-se nova leva de projetos

semelhantes, onda repetida também nos níveis estaduais e municipais. Em 2020, o Supremo Tribunal Federal decide por sua inconstitucionalidade e o fundador do movimento o abandona¹⁸, alegando que o país havia perdido oportunidade histórica ao não concretizar suas propostas no período eleitoral, quando a doutrinação esteve na pauta dos presidenciais. A aprovação de uma legislação de mesma natureza no estado de Santa Catarina, em fevereiro de 2023¹⁹, sugere que explorar esse imaginário é prática sobrevivente mesmo após o fim do governo que a impulsionou.

Um efeito da proliferação desses projetos de controle do ambiente escolar foi a ampliação de traços, características e ideias sob ataque e, logo, do leque de estigmatização. Mencionamos o então candidato Bolsonaro empunhando um livro didático para “denunciar” a sexualização indevida de crianças nas escolas. O episódio é precedido por intensificação da campanha difamatória, por congressistas conservadores, em torno do material do programa Escola sem Homofobia. Chamado pejorativamente de “kit gay”, teve sua impressão e distribuição suspensa, em 2011. O ápice dessa ofensiva se dá com o Projeto de Lei 4893, apresentado em 2020, que tipificava como crime o desenvolvimento de atividades relacionadas à “ideologia de gênero”. Assim, os temas associados a questões de gênero e sexualidade sofreram cargas adicionais de silenciamento, deturpação e violência, somadas às que já vinham se acumulando, desde meados dos 1990 (Junqueira, 2018).

Encerra esse conjunto, cronologicamente e com forte peso simbólico, a aprovação de projeto de regulamentação, no último ano de governo Bolsonaro (maio de 2022), do ensino domiciliar. Ao final de 4 anos de ações para limitar as possibilidades de ser e conviver, por meio da fixação de parâmetros de julgamento excludentes e discriminatórios no ambiente escolar, a medida afirma aos pais o direito de educarem seus filhos em casa, coroando a construção da escola como espaço danoso, de risco para crianças e adolescentes. Novamente, é dos anos 1990 o primeiro projeto que propõe regulamentar o ensino domiciliar (Moura e Aquino, 2022). O ano de 2010 representa uma virada porque foi a primeira vez que um

¹⁸ “Fundador do ESP explica porque se desligou do Movimento”, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=uwSpMNIWRjg&t=2s>. Acesso em 10 de março de 2023.

¹⁹ Disponível em <https://n9.cl/aemaq>. Acesso em fevereiro de 2023.

projeto apresentado não foi barrado, o que revela o processo de ganho de visibilidade e legitimação em um contexto de transformação e deslocamento das discussões em direção à extrema direita. Também é de 2010 a criação da Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED). Em 2021, a regulamentação da prática foi a única prioridade para a educação apresentada pelo governo federal (Moura e Aquino, 2022, p. 146 e ss.). No último ano de governo Bolsonaro, havia 7 projetos semelhantes em tramitação e outros aprovados nos estados do Paraná e Santa Catarina, e no Distrito Federal. O PL3179/2012 aguarda apreciação no Senado Federal.

5. Os efeitos indutores da agenda conversadora no campo conflituoso da educação

O saldo da ascensão da extrema direita é multifacetado. O fato de que as políticas e programas do governo Bolsonaro tenham, simultaneamente, se alimentado e estimulado, discursos inflamados nas redes, aplicativos de mensagem e até mesmo nas casas legislativas do país, certamente contribui para isso. O documento da equipe de transição do governo Lula para a educação (Brasil, 2022)²⁰ mostra as prioridades no plano institucional: incorporando o cuidado com efeitos da pandemia, reativar espaços de participação social esvaziados, recuperar recursos orçamentários, recompor equipes desfiguradas e programas desativados, além de retomar medidas previstas no Plano Nacional de Educação e revogar decretos e programas que carregavam a marca antidemocrática e excludente dos governos Temer/Bolsonaro, entre os quais o Novo Ensino Médio e o PECIM²¹.

Mantendo-nos sobre as quatro frentes desenvolvidas neste segundo período, o investimento em militarização das escolas, por ter configurado um programa, permite apreender mais imediatamente adesão a quem da alardeada: em outubro de 2022, o site do Ministério da Educação informava inclusão de 127 escolas,

²⁰ Documento divulgado via Lei de Acesso à Informação, pela “Fiquem sabendo”, agência de dados especializada no acesso a informações públicas.

²¹ O PECIM aparece como sob avaliação, no documento de transição, embora a secretaria responsável por ele já tenha sido extinta. A revisão do “Novo Ensino Médio” está em curso. Em 15 de março de 2023, secundaristas organizaram protestos por sua revogação em 55 municípios do país. Disponível em <https://n9.cl/t2mw6>.

distante da meta do governo, de 216 escolas (ou 54 escolas por ano). O Escola sem Partido e o ensino domiciliar, por sua vez, geraram projetos de lei que, no caso do primeiro, teve trajetória interrompida no próprio campo legal e, no do segundo, não alcançou a mesma visibilidade e efeito mobilizador que as demais. As investidas antigênero, por outro lado, explicitam, em sua fluidez e ubíqua repetição, o provável legado mais pernicioso deixado pelo governo Bolsonaro, emanando, inclusive, das demais frentes: a verborragia reacionária.

Ao dar lugar público a grupos de extrema direita e de frações liberais em conluio, os governos Temer e Bolsonaro amplificaram e legitimaram seus discursos, normalizando e disseminando imagens e narrativas distorcidas e simplistas em torno de dificuldades concretas enfrentadas pela educação. A pauta de costumes na base de sua atuação personificava tais dificuldades em estereótipos calcados em traços culturais e físicos, ideias e funções. Reproduziu, no interior do sistema escolar, práticas de criminalização das diferenças e de silenciamento de contestações. Deixou semeados potenciais disruptivos de relações entre todos: alunos e professores, escola e comunidade, no interior dos corpos discente e docente.

O Escola sem Partido, mesmo que julgado inconstitucional, mostra a dimensão desse abalo. Jogando pais, alunos e professores uns contra os outros, um dos projetos de lei do ESP autorizava registro de aulas em vídeo, pelos discentes, alegando o direito de mães e pais acompanharem o processo de aprendizagem de seus filhos. Professores se viram mobilizando seus esforços de organização para se informarem a respeito do que fazer em caso de serem objeto de denúncia. Relatório para combate dos efeitos da influência da extrema direita nas escolas (Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2022) menciona 11 episódios de “denúncia de doutrinação” registrados pela imprensa, entre 2017 e 2022. Embora não se possa generalizar os resultados, as características dos episódios sugerem indícios consistentes do seu modo funcionamento: a proposição de uma atividade na escola, a denúncia por familiares de alunos em rede social ou para políticos locais e a exposição e ataques ao professor responsável, não raro seguida de seu afastamento da sala de aula para apuração.

Como sugere publicação de orientação a professores²² produzida por 31 organizações sociais atuantes na área, com apoio do Ministério Público, a proteção contra a censura deveria ser tomada na perspectiva da proteção da relação entre alunos e professores, sob pena de reforçar o antagonismo pretendido por essas políticas. Sendo legítimas as demandas dos profissionais pela garantia da liberdade de ensinar, a liberdade de aprender das alunas e alunos entrava igualmente em xeque, na medida em que eram orientados à desconfiança de tudo que não reafirmasse suas convicções, à crença de que essa total identificação definiria neutralidade. O próprio cerne da relação pedagógica, portanto, era atingido. Não há, como insiste Paulo Freire, conhecimento sem espaço para a dúvida, apenas sectarismos (Freire, 1968, p. 17). Essa relação cindida é uma variação da relação cliente-prestador de serviços que os defensores das reformas neoliberais da escola julgavam desejável, nos anos 1990, e é inconciliável com uma educação que almeje ir além da mera reprodução do *status quo*.

Da mesma forma, o PECIM e as práticas antigênero atingiam a comunidade escolar como um todo, levando as instituições de ensino a perpetrar violências disseminadas no tecido social: racismo, misoginia, lgbtquia+fobia, intolerância religiosa. Como a análise de Santos sobre uma escola militarizada do Distrito Federal explicita, a extensa apresentação de infrações e punições em seus regimentos e manuais desenha gestos (“manter contato físico com denotação libidinosa”), comportamentos (envolvimento com ações ou objetos político-partidários), aparência (“cabelo em desalinho ou fora do padrão”) que devem ser eliminados em nome de valores estranhos ao universo pedagógico, como “patriotismo” ou “civismo” (Santos, 2021, p. 14). Embora o modelo garanta que a equipe pedagógica tem autonomia, não tardaram a aparecer práticas de intimidação e imposição da força de policiais contra profissionais e alunos, desde pressão contra certas

²² Manual de Defesa contra a censura nas escolas. O cuidado com as relações aparece em trechos como: “De fato, debater e elaborar respostas legítimas e adequadas às violações individuais sofridas por docentes, estudantes e escolas foi o movimento inicial deste compromisso coletivo, mas compreendê-las no contexto do ataque sistemático ao direito à educação de crianças, adolescentes, jovens e adultos permitiu pensar a defesa como estratégia de transformação do ambiente do conflito, como afirmação dos princípios éticos, políticos e jurídicos que dão suporte à educação brasileira em suas diferentes etapas e modalidades” (Vários, 2018, s/p).

atividades realizadas até o uso de spray de pimenta ou algemas para apartar conflitos²³. Regras dessa natureza, além de impor a projeção de um padrão de sujeito, criam um gabarito a ser aplicado no presente, estigmatizando e criminalizando aqueles que não se encaixem nele.

Assim como os diferentes grupos portadores de pautas reacionárias se aproximaram, no momento em que emergiam no espaço público, para se articularem e fortalecerem mutuamente, os efeitos de suas atuações também se amalgamaram formando um bloco repressor. O ESP ganhou espaço na interlocução com o Ministério da Educação para o processo de elaboração da BNCC, nos anos Temer (Macedo, 2017, p. 514). Ainda que inicialmente a pauta antigênero não constasse entre as bandeiras do ESP, a aproximação com parlamentares conservadores (e nesse ponto é bom reforçar que a aliança entre católicos e evangélicos conservadores não pode ser esquecida²⁴) se mostrou estratégica. A terceira versão da BNCC aprovada em 2017, diferentemente das duas primeiras discutidas publicamente, não fazia menção ao tema do respeito à diversidade sexual e de gênero. Assim é que os métodos de denúncia estimulados pelo ESP aparecem em episódios antigênero, como o retratado pelo relatório da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (2022): um vereador responde à denúncia de uma mãe que considerou impróprio tratar do tema do orgulho LGBTQIA+, propondo armar uma cena na escola e filmá-la. Sua orientação: “Nós vamos discutir e eu vou filmar tudo. Eu quero deixar ela [*a professora*] acuada pra ela saber que a partir de agora vai ter alguém para fiscalizar” (Campanha, 2022, p. 11).

A gravidade desses retrocessos torna-se ainda maior em um país em que 84,1% das mortes por violência policial é de pessoas negras (FBSP, 2022)²⁵, um

²³ A matéria “DF: nenhum PM foi punido em denúncias de abusos nas escolas militarizadas” compila alguns desses casos: <https://n9.cl/vvdnp>. Acesso em 10 de março de 2023.

²⁴ Junqueira (2018) e Pleyers (2020) são alguns dos autores que lembram a atuação da Igreja Católica no combate da assim chamada “ideologia de gênero” (termo inclusive criado por católicos envolvidos nessa empreitada). Pleyers por isso, chama a atenção para a importância de não simplificar equivocadamente a atribuição de responsabilidade pelo avanço da retórica conservadora nas questões relacionadas a direitos das mulheres e população LGBTQIA+ a “evangélicos”. Mais que a denominação religiosa, trata-se de identificar os grupos mais conservadores no interior de cada uma delas.

²⁵ Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). A Violência contra Pessoas Negras no Brasil 2022 – Infográfico. Disponível em <https://n9.cl/dnr2i>. Acesso em 10 de março de 2023.

feminicídio acontece a cada 7 horas (ACNUDH, 2021)²⁶ e ocupa o primeiro lugar em um ranking mundial de assassinato de pessoas LGBTQIA+ (TGEU, 2021)²⁷.

6. Considerações finais

A emergência de grupos de extrema direita no Brasil incidiu sobre um campo com, pelo menos, três décadas de disputas em torno de projetos antagônicos de educação pública. A política neoliberal e seu diagnóstico de falência do Estado, nos anos 1990, pulverizaram esforços então necessários para a construção do campo educacional, no retorno ao regime democrático. Política e diagnóstico neoliberais ensejaram propostas diversas para a educação, segundo particulares visões de mundo e que encontraram condições distintas de desenvolvimento, nas distintas conjunturas históricas. É assim que naquela década tenham surgido proposições tão díspares quanto as de modernização da educação a partir da sociedade civil, de militarização das escolas ou de ensino domiciliar. As primeiras tiveram proeminência pelo uso que fizeram do legado, recente naquele momento, do ideário movimentalista dos 1970-80. As outras duas se mantiveram secundárias até que se viram catapultadas pelo governo Bolsonaro, nutridas pelo crescente discurso reacionário imbricado na ascensão de grupos de direita.

Frente a essa emergência pública, os antagonistas de presença reconhecida e consolidada no campo da educação posicionaram-se de formas distintas. Grosso modo, e sem desconsiderar ambiguidades que atravessam este terreno, entidades representativas da área organizaram-se para resistir às ofensivas conservadoras e preservar os poucos avanços conquistados. As instituições vinculadas ao setor empresarial, por outro lado, assumiram posição dupla: publicamente se mostravam avessas ao discurso mais abertamente reacionário, buscando manter o progressismo exibido nos anos precedentes. Nos acessos privilegiados ao poder, entretanto, aceitavam a interlocução, dando prosseguimento a seus projetos. Isso

²⁶ Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH). Peritos da ONU apelam ao novo governo para combater a violência contra as mulheres e meninas e revogar a lei da alienação parental. Disponível em <https://n9.cl/r760t>. Acesso em 10 de março de 2023.

²⁷ Transgender Europe (TGEU). Trans Murder Monitoring, 2021. Disponível em <https://n9.cl/h4awg>. Acesso em 10 de março de 2023.

só foi possível porque, diferentemente do que ocorria com as entidades da área, as organizações do setor empresarial tinham concepção de educação que não era incompatível com a colocada em jogo pelo governo Bolsonaro. Os pontos de contato entre elas podem ser melhor delineados se compreendidos como o espelhamento entre ideais de educação: um como função das necessidades econômicas produtivas e o outro como resposta aos fins de controle pela força.

Em ambos os casos, trata-se de uma educação instrumentalizada e limitadora. Educação como aquisição de competências (como apontam os críticos da BNCC e do Novo Ensino Médio) e imposição de perfis e comportamentos padronizados (como explicitam as quatro frentes desenvolvidas pelo governo Bolsonaro). Com níveis distintos de contundência – que vão de simulacro de postura democrática à afirmação autoritária pura e simples –, ambos dão as costas à renovação das formas e conteúdos de produção de conhecimento vindos de movimentos, comunidades e territórios antes invisibilizados (Martins e Brito, 2022; Lopes *et. al.*, 2022), seja pela sobreposição de conteúdos que servem à reprodução do sistema econômico, seja pela rejeição da ampliação das referências, sob justificativa de proteger um único saber considerado verdadeiro ou válido.

Ao longo de todo esse período, novos grupos e articulações se somaram às entidades mais antigas na resistência ao avanço das ideias antidemocráticas e excludentes da direita, como a Frente Nacional Escola sem Mordaga, a Articulação contra o Ultraconservadorismo na Educação, o Movimento em Defesa do Ensino Médio, entre outros. Aglutinando grupos e organizações menores, atuaram na produção e disseminação de informação e conhecimento, nos embates jurídicos e na proteção e orientação dos sujeitos ameaçados. É verdade que a derrota de Bolsonaro, nas eleições de 2022, representou uma mudança importante na configuração das disputas entre projetos autoritário e democrático de sociedade. No entanto, não há ilusões sobre a resiliência dos grupos, ideários e estratégias de extrema direita que tão vigorosamente eclodiram e se mantiveram ativos nos últimos anos. As afinidades da concepção de educação destes grupos com a daqueles que buscavam reformar a área para a mera reprodução social podem

constituir um foco a atentar, no conjunto de estratégias postas em movimento nos enfrentamentos que estão por vir.

Referências bibliográficas

- Bairros, L. (2002). Apresentação Dossiê III Conferência Mundial contra o Racismo, 2001. *Revista Estudos feministas*, 10(1), 169-170.
- Benevides, A. de A. e Soares, R. (2020). Diferencial de desempenho de alunos das escolas militares: o caso das escolas públicas do Ceará. *Nova Economia*, 30(1), 317-343. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-6351/3929>
- Brasil. (s/d). *A Futura Constituição do Brasil*. Cadeia nacional de rádio e televisão Palácio da Alvorada 26 de julho. Biblioteca da Presidência da República. Casa Civil.
- Brasil. (2022). *Educação. Relatório do Grupo Técnico de Transição*. Brasília: Comissão de Transição Governamental. Disponível em <https://n9.cl/l5tga>
- Campanha Nacional pelo Direito à Educação. (2022). *O extremismo de direita entre adolescentes e jovens no Brasil: ataques às escolas e alternativas para a ação governamental*. Disponível em <https://n9.cl/4rnpb>
- Carreira, D. (2022). Tempo terríveis: memória e produção de resistências em educação, no governo Bolsonaro. Em D. Carreira e B. Lopes (Coords.), *Gênero e Educação: ofensivas reacionárias, resistências democráticas e anúncios pelo direito humano à educação* (pp. 14-36). Ação Educativa.
- Corrêa, S. (2018). A “política de gênero”: um comentário genealógico. *Cadernos Pagu*, 58, 1-16. <https://doi.org/10.1590/18094449201800530001>
- Corrêa, S. e Kalil, I. (2020). *Políticas Antigênero en América Latina: Brasil – ¿La Catástrofe Perfecta?* Observatorio de Sexualidad y Política (SPW)/ ABIA – Asociación Brasileña Interdisciplinar de SIDA. Disponível em <https://n9.cl/tc2qc>
- Cunha, M. P. (2020). O mercado financeiro chega à sala de aula: Educação Financeira como política pública no Brasil. *Educação & Sociedade*, 41, 1-14. <https://doi.org/10.1590/ES.218463>

- Cunha, M. P. e Ota, N. K. (2020). Regarder l'université, voir la société. Que peuvent craindre les universités publiques brésiliennes? *Sens Public*. Disponível em <http://sens-public.org/articles/1473>
- Cunha, M. P., Georges, I. e Ota, N. K. (Coords.). (2018). *Tempos do social e da política*. Ed. Alameda.
- Dardot, P. e Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Boitempo.
- Dardot, P., Guéguen, H., Laval, C. e Sauvêtre, P. (2021). *A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo*. Ed. Elefante.
- Fagnani, E. (2005). *Política Social no Brasil (1964 – 2002): entre a cidadania e a caridade* [Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas].
- Fernandes, R. C. (1994). *Privado, porém Público, o Terceiro Setor na América Latina*. Relume-Dumará.
- Freire, P. (1970). *Pedagogia do oprimido*. Paz e Terra.
- Freitas, L. C. de. (2018). *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. Expressão Popular.
- Goulart, J. M. de O. (2022). *A militarização das escolas no estado de Goiás e os sentidos da desdemocratização do ensino público* [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro].
- Jaime, P. (2005). O empresariado e a questão social: apontamentos para a interpretação de um novo associativismo empresarial no Brasil. *RAP*, 39(4), 939-78.
- Junqueira, R. D. (2018). A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Psicologia política*, 18(43), 449-502.
- Laval, C. (2003). *L'école n'est pas une entreprise: le néo-libéralisme à l'assaut de l'enseignement public*. Éditions La Découverte.
- Lima, R. T. de A. (2009). *A participação da sociedade civil organizada na formulação da política externa brasileira: as conferências sociais da ONU da década de 1990*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília].
- Lopes, B., Carreira, D., Udemezue, L. e Matias, M. (2022). Reinventando as rodas: educação popular feminista com garotas como resistência e utopia. Em D.

- Carreira e B. Lopes (Coords.), *Gênero e Educação: ofensivas reacionárias, resistências democráticas e anúncios pelo direito humano à educação* (pp. 234-244). Ação Educativa.
- Macedo, E. (2017). As demandas conservadoras do movimento Escola sem Partido e a Base Nacional Curricular Comum. *Educação & Sociedade*, 38(139), 507-524. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017177445>
- Martins, E. M. (2019). *Empresariamento da educação básica na América Latina: redes empresariais prol educação*. [Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas].
- Martins, A. e Brito, B. (2022). Resistências ancestrais e populares em tempos de desgoverno. Em D. Carreira e B. Lopes (Coords.), *Gênero e Educação: ofensivas reacionárias, resistências democráticas e anúncios pelo direito humano à educação* (pp. 211-220). Ação Educativa.
- Maranhão, T. de A. (2018). *O Consenso das oportunidades – Banco mundial e PNUD no combate à pobreza*. Ed. Alameda.
- Magalhães, R. (2008). *O discurso do protagonismo juvenil*. Ed. Paulus.
- Magalhães, R. (2023). Notas sobre o "Currículo Paulista: etapa Ensino Médio". *Temas em educação*, 32(1), 1-20.
- Moraes, C. S. V., Ferretti, C. J., Pino, I.R., Leher, R., Almeida, L. C., Ximenes, S. B., Dalbosco, C.A., Souza, S.M.Z.L., Zuin, A. A. S., Silveira, A. A. D., Almeida, A. M. F. de., Trevisan, A. R., Mazza, D., Lima, L. C. V. S., Amaral, N. C., Georgen, P., Rambla X. e Sisto, V. (2022). Reforma do ensino médio: a institucionalização do apartheid social na educação. *Educação & Sociedade*, 43, 1-8. <https://doi.org/10.1590/ES.261875>
- Moura, F. e Aquino, R. (2022). A articulação pelo homeschooling no Brasil: mais uma face da ofensiva antigênero. Em D. Carreira e B. Lopes (Coords.), *Gênero e Educação: ofensivas reacionárias, resistências democráticas e anúncios pelo direito humano à educação* (pp. 143-156). Ação Educativa.
- Pleyers, G. (2020). "A guerra dos deuses" no Brasil: da teologia da libertação à eleição de Bolsonaro. *Educação & sociedade*, 41, 1-17. <https://doi.org/10.1590/ES.233566>

- Rodrigues, J. P. R. e Hernandez, M. de C. (2020). O arco-íris atravessando frestas: a ascensão dos debates sobre direitos LGBT na ONU. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 32, 207-48. <https://doi.org/10.1590/0103-335220203206>
- Santos, E. J. F. S. (2020). *Militarização das escolas públicas no Brasil: expansão, significados e tendências*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Goiás].
- Santos, E. J. F. S. e Alves, M. F. (2022). Militarização da educação pública no Brasil em 2019: análise do cenário nacional. *Políticas públicas, avaliação e gestão. Cadernos de Pesquisa*, 52, 1-18. <https://doi.org/10.1590/198053149144>
- Santos, C. de A. (2021). "Sentido, descansar, em forma": escola-quartel e a formação para a barbárie. *Educação & Sociedade*, 42,1-19. <https://doi.org/10.1590/ES.244370>
- Tarlau, R. e Moeller, K. (2020). O consenso por filantropia. Como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. *Currículo sem Fronteiras*, 20(2), 553-603.
- Tommasi, L. de, Warde, M. J. e Haddad, S. (Coords.). (1996). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. Cortez, PUC-SP, Ação Educativa.
- Vários. (2018). *Manual de Defesa contra a censura nas escolas*. Disponível em <https://www.manualdedefesadasescolas.org.br/>

Recebido em: 31 de março de 2023

Aceito em: 2 de maio de 2023



Revista Educación, Política y Sociedad (ISSN 2445-4109) está distribuída bajo una [Licencia Creative Commons Atribución-NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)